

QUAL REVOLUÇÃO PARA AS MULHERES TUNISIANAS: PRIMAVERA FEMINISTA OU INVERNO ISLAMISTA?¹

WHICH REVOLUTION FOR TUNISIAN WOMEN: FEMINIST SPRING OR ISLAMIST WINTER?

Najet Limam-Tnani²

TRADUÇÃO DE LUZ MARINA COLOMBO GEWEHR
E RODRIGO BARROS GEWEHR

Resumo:

A importante implicação das mulheres na revolução tunisiana e suas reivindicações vanguardistas, o desejo de libertação que elas despertaram nas mulheres árabes, fizeram pensar e dizer que as revoluções árabes seriam uma primavera modernista e feminista. No entanto, o crescimento do islamismo na maior parte dos países da primavera árabe colocou em questão esta orientação feminista e faz pesar uma ameaça sobre as mulheres e suas conquistas. Longe de cederem aos islamistas, as mulheres tunisianas se mobilizaram e se levantaram contra as tentativas de islamização de seus países. Com a participação de partidos democráticos e da sociedade civil, elas acabaram por obrigar o partido islamista Ennahdha, que ganhou as eleições, a deixar o poder, e fizeram com que seus deputados na Assembleia Constituinte participassem da elaboração de uma nova constituição respeitosa dos direitos humanos e da igualdade entre os sexos.

Palavras-chave:

revolução, mulheres, islamismo.

Abstract:

The very expressive implication of women in the Tunisian revolution and their avant-gardists demands, such as the longing for liberation they inspired in Arab women, made people think and say that Arab revolutions would be a modernist and feminist spring. Nevertheless, the rise of Islamism in most of the countries related to the Arab Spring challenged this feminist orientation and posed a threat to women and their achievements. Far from giving in to the Islamists, Tunisian women gathered and protested against the attempts to Islamize their country. With the help of democratic parties and civil society, they forced both the Islamist party Ennahdha, which won the elections, to leave power, and its deputies in the Constituent Assembly to participate in the development of a new constitution respectful of human rights and gender equality.

Keywords:

revolution, women, Islamism.

1 Este artigo foi escrito no âmbito do projeto europeu *Springarab*, iniciado pela universidade de Paris VIII em 2012. Uma versão francesa foi publicada em obra intitulada *Un Etat en transition, une société en mouvement. La Tunisie (2011-2014)*, dirigida por Mohamed Ali Ben Zina e Aissa Kadri, pela editora Arabesques, em 2019. (Artigo recebido em 21/10/2020)

2 Doutora em literatura, língua e civilização francesas e professora universitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Túnis. E-mail: najetlimam@yahoo.fr.

1 Introdução

Fundada em reivindicações de igualdade e dignidade, a revolução tunisiana aconteceu para além de todas as referências religiosas e sem a participação dos islamistas, graças a uma grande solidariedade entre homens e mulheres. Desta forma, ela fez nascer grandes esperanças entre as tunisianas que participaram ativamente, esperança de reforma, permitindo fortalecer a igualdade entre os sexos e evoluir o Código do estatuto pessoal³, que é ainda, de certo modo, dependente da *charia*. A ação persistente das mulheres, bem como suas reivindicações vanguardistas durante o primeiro período da revolução, fizeram crer que as revoluções árabes seriam uma primavera modernista e feminista: o exemplo que elas foram para outras mulheres árabes que se manifestariam no Egito, no Iêmen, na Líbia, contra a ditadura de seus países; o desejo de liberação que elas despertaram em algumas mulheres árabes, na Arábia Saudita notadamente, onde Manal El Charif enfrentou a lei que proíbe as mulheres de dirigir, e onde o problema das mulheres sauditas é levantado por certas ativistas.

Entretanto, o crescimento do islamismo favorecido pela liberação de islamistas prisioneiros nos cárceres de Ben Ali, assim como o retorno massivo do exílio de um grande número deles; os valores identitários que não cessaram de promover no momento das eleições e sobretudo a *charia* que procuraram fazer intervir na elaboração da constituição, puseram em questão esta orientação feminista, anunciando uma inquietante regressão e fazendo pesar uma ameaça sobre as mulheres e suas conquistas.

Se islamismo e revolução, sobretudo uma revolução feita em nome da igualdade e da liberdade, surpreendem porque antinômicos – o islamismo implicando num conservadorismo e num referente religioso inconciliável com o espírito revolucionário e os princípios democráticos reivindicados; islamismo e feminismo se aliam ainda menos. E se acreditamos naquelas e naqueles que trabalharam sobre as revoluções francesa e russa, como a filósofa Geneviève Fraisse e o cronista Omar Saghi, e que ressaltaram o caráter misógino destas revoluções, nas quais feministas foram ou executadas, como Olympe de Gouges e Madame Roland na França, ou excluídas como Alexandra Kollontai na

3 O Código do estatuto pessoal consiste numa série de artigos de leis que visam à instauração, em diversas áreas, de uma igualdade entre homens e mulheres. Essas leis, promulgadas em 13 de agosto de 1956 por um decreto do *Bey* Mohamed Lamine Pacha, a partir de uma proposição de seu primeiro ministro Habib Bourguiba, entrarão em vigor em primeiro de janeiro de 1957 e serão consideradas como uma das mais importantes conquistas da independência tunisiana.

Rússia⁴ (FRAISSE, 2012), feminismo e revolução também parecem não combinar, nem necessariamente se implicar mutuamente.

No entanto, se a tendência feminista é previsível em uma revolução onde as mulheres desempenharam um papel importante na luta contra a ditadura e são consideradas como entre as mais educadas e mais emancipadas do mundo árabe, o islamismo surpreendeu tanto mais que a Tunísia apresentava-se até então com a aparência de um país moderno, no qual os barbudos e as (mulheres) que portam véu eram relativamente pouco numerosos. Estas duas tendências contraditórias que marcaram a revolução tunisiana, colocando-a num movimento complexo de regressão e progressão alternadas e por vezes simultâneas, suscitam um questionamento ao qual tentarei responder recorrendo à minha própria vivência da revolução, mas também às inúmeras análises que provocaram da parte de políticos, historiadores e sociólogos que seguiram este processo com interesse e atenção, tanto na Tunísia quanto no exterior. Para melhor compreender estas duas tendências e os paradoxos que engendraram, é preciso sem dúvida voltar a Bourguiba e Ben Ali, e analisar a política que eles adotaram em relação às mulheres, mas também com respeito ao islamismo e aos islamistas.

2 Bourguiba e Ben Ali: Feminismo de estado e laicismo de fachada

Considerado o libertador das mulheres e o criador de um estado laico, Bourguiba e depois dele Ben Ali – que se inspirou de seu legado, beneficiaram-se até a revolução do apoio do Ocidente, que fechou os olhos para os abusos de seus regimes. Jocelyne Dakhlija escreve sobre Bourguiba em um artigo publicado em 21 de janeiro de 2011 no *Le Monde*: “o que fundamentava aos olhos da França esclarecida a grandeza de Bourguiba e o privilégio tunisiano foi a situação das mulheres e a laicidade” (DAKHLIA, 2011). Henri Gaino, define o regime de Ben Ali como “ditadura laica”, acrescentando que desde Bourguiba, a Tunísia foi o país que fez os maiores esforços em matéria de educação e emancipação das mulheres⁵. Certamente, hoje, depois de Ennahdha ter tomado o poder e as ameaças que pesaram sobre as mulheres e seus direitos, os tunisianos e sobretudo as tunisianas, evocam Bourguiba, reivindicando sua herança feminista, não obstante as clivagens que apareceram durante a revolução resultarem, sem dúvida, das contradições de sua política, e que serão acentuadas com Ben Ali.

⁴ Remetemos igualmente ao artigo de Omar Saghi (2011).

⁵ Em uma declaração feita em 18 janeiro de 2011, na *France info*.

Racional e impregnado do espírito do esclarecimento, Bourguiba irá instaurar, desde o início da independência, reformas importantes visando romper com as instituições jurídicas e religiosas do estado *beylical*⁶, que representaram a seus olhos uma ordem arcaica e retrógrada, e procurará edificar um estado moderno. Ele inaugura seu governo pela promulgação do Código do Estatuto Pessoal, em 13 de Agosto de 1956, desmantela em seguida a mesquita-universidade da Zitouna, em benefício de instituições estatais seculares, e agirá para promover os valores profanos do trabalho, do progresso, da inteligência e do mérito em detrimento de valores e práticas religiosas (o jejum e o sacrifício do carneiro) que podem prejudicar a marcha do país no rumo do desenvolvimento e do progresso. Com estas rupturas, Bourguiba não visava todavia a separação da religião e da política, e portanto a criação de um estado laico: a constituição se refere a Deus em seu preâmbulo e estipula que o Islão é a religião da Tunísia. Para além disso, em seus discursos o combatente supremo recorria continuamente às figuras e símbolos religiosos para legitimar sua política⁷. Trata-se sobretudo do que indica o historiador Augustin Jomier (2011): era o assujeitamento da religião ao estado e a funcionarização do culto que ele almejava a fim de submeter o domínio religioso ao controle do estado.

O Código do estatuto pessoal que permitiu acelerar a emancipação das mulheres pela revogação de um número importante de discriminações sacralizadas pela *charia*, tais como a poligamia, o repúdio, o tutor matrimonial, bem como pela institucionalização do matrimônio monogâmico e do divórcio judiciário igualitário, e a legalização da contracepção; e que lhes garantiu inúmeros direitos (de trabalhar, de se deslocar, de votar e de concorrer às eleições), este código se inscreve também num programa de valorização feminina visando recuperar, de maneira autoritária e voluntarista, a condição das mulheres (ocidentais) (JOMIER, 2011). Pode-se portanto compreendê-lo como um feminismo de estado.

Elaborado com a ajuda de ulemás e justificado por uma leitura esclarecida do Islão, o Código do estatuto pessoal não coloca de forma alguma em questão a religião, e menos ainda o patriarcado e a moral. Com o passar do tempo, de resto, esta política modernista e “feminista” irá enfrentar um esgotamento [*essoufflement*] e passará por flutuações conforme a conjuntura política: desta forma, para conter a oposição de esquerda nos anos 70, Bourguiba irá revalorizar o patrimônio islâmico e favorecer os setores religiosos,

6 Que diz respeito ao *Bey* de Túnis e ao regime monárquico instaurado por Hussein, *Bey* na Tunísia em 1705.

7 As referências à religião são de fato onipresentes em seus discursos que são trabalhados pelo intertexto corânico e as metáforas religiosas. O próprio Código do estatuto pessoal é fundado numa leitura moderna da religião.

modificando seu discurso nos anos 80, diante da oposição islamista.

Com Ben Ali, os paradoxos da política de Bourguiba se aprofundam e geram contradições por vezes insustentáveis: buscando neutralizar os islamistas aos quais ele se aproxima num primeiro tempo e que irá reprimir violentamente em seguida, fazendo do véu seu alvo principal. Ben Ali se utilizará ainda mais que Bourguiba da retórica e dos símbolos do Islão: desenvolvendo um discurso sobre a identidade árabe-muçulmana, vai concorrer com a influência das mídias islâmicas criando a rádio Zitouna, operando assim uma islamização do poder que vai reforçar a islamização dos Tunisianos, islamização favorecida pela ausência de debate de ideias e por um sistema educativo esclerosado e embrutecedor, que não permite lugar algum para a cultura geral. Embora recorra à tradição modernista e feminista de Bourguiba, ele contribuirá para a erosão progressiva desta herança, tanto no que diz respeito à modernidade, que se tornará sobretudo uma modernidade ilusória [*en trompe l'oeil*], quanto no que concerne a emancipação das mulheres, que lhe servirá antes de tudo como vitrine para o Ocidente.

É bem verdade que Ben Ali acrescentou alguns complementos ao Código do estatuto pessoal, mas as reivindicações essenciais das mulheres no que se refere, por exemplo, às discriminações de que são vítimas as mulheres, bem como certas desigualdades, permaneceram sem respostas. Além disso, clivagens cada vez mais numerosas entre a lei e a prática são registradas por ativistas feministas que são submetidas, elas também, à difamação e controle policial contínuos. Este contexto explica sem dúvida a mobilização de grande importância das mulheres, que ocorreu desde os primeiros dias da revolução.

3 Mobilização das mulheres e reivindicações feministas: laicidade e paridade

Esta mobilização não se fará sentir unicamente numa elite feminista politizada, já ativa nos tempos de Ben Ali, mas também em mulheres que se politizaram com a revolução e se conscientizaram da contribuição [*rôle*] que poderiam dar na reconstrução do país, e noutras inquietas pela presença e arrogância dos islamistas que tomaram conta do espaço público no dia seguinte à saída de Ben Ali. Esta mobilização se fará de muitas formas: comícios, manifestações, criação de novas associações feministas e organização, nos partidos, de comissões de reflexão⁸ sobre a condição e os direitos das mulheres que

⁸ A primeira comissão foi criada pelo partido Ettajdid, hoje chamado partido El Massar (centro esquerda), e agrupará, a um só tempo, filiados ao partido e um grande número de independentes.

deveriam ser incluídos na futura constituição. Ao abrir o campo do possível, a revolução deu às mulheres tunisianas uma nova energia e uma vontade de autodeterminação que vão impulsioná-las a repensar e redefinir seu lugar na Tunísia do futuro.

Emanando da vontade de Bourguiba e submetida à conjuntura política, a emancipação das mulheres na Tunísia conheceu até ali um movimento de fluxo e refluxo: desta forma, após ter sido autorizado, os casamentos entre muçulmanos e não muçulmanos serão interditados por uma circular em 1973 - um casamento misto sem a conversão do cônjuge ao Islão é considerado nulo. A igualdade de direitos, notadamente em matéria de herança, permanece, quanto à ela, bloqueada. Para Sana Ben Achour⁹ (2004), há uma

distorção entre o direito e a realidade [que] se agrava pelo dualismo do estatuto legal das mulheres, ao tratar-se da vida pública ou da vida privada... Esta ambivalência, geradora de conflito de interpretação, é sustentada por tribunais cujo referente é o direito muçulmano, e por governantes que, ao mesmo tempo que aderem aos acordos, convenções e tratados internacionais de direitos da pessoa, opõem à recepção destes o 'islão religião de estado' (p. 3).

Todos estes elementos explicam a vontade de autodeterminação das mulheres tunisianas e a importância que elas conferem prioritariamente à laicidade, única garantia de seus direitos, pois como diz Djemila Benhabib, autora de *O outono das mulheres árabes*: “existem dois movimentos interdependentes, a emancipação das mulheres, e a separação do poder político e do poder religioso; é essencial; é necessário começar por retirar as referências religiosas das constituições” (BENHABIB, 2013, n.p.).

Os membros destas comissões de reflexão vão realizar uma avaliação da situação das mulheres no país, e em seguida organizar uma lista de melhoramentos que deveriam ser introduzidos no Código do estatuto pessoal e os direitos que elas desejariam que constassem na nova Constituição. Junto a diversas associações, estas comissões criaram uma frente de mulheres e elaboraram em conjunto um manifesto no qual inscreveram suas principais reivindicações; manifesto que sem dúvida serviu de base para o projeto de constituição que as mulheres democratas elaboraram com juristas em fevereiro de 2012 e que propuseram à Assembleia Constituinte. Neste manifesto, a laicidade e a paridade nas listas eleitorais são as reivindicações mais importantes. No entanto, se a paridade nas listas eleitorais foi adotada e aplicada graças à lei de maio de 2011, a laicidade, mal

⁹ Jurista e militante tunisiana, Sana Ben Achour ensina direito público na Universidade de Cartago. Ela salientou por diversas vezes em seus artigos os distanciamentos entre a legislação, que não se refere à religião, e sua aplicação pelos juízes.

compreendida e confundida com o ateísmo, vai desencadear reações de hostilidade da parte dos islamistas que se utilizaram disto para acusar as mulheres e os democratas de ateísmo e de aliança com o Ocidente. Paralelamente, diferentes ações de caráter social e pedagógico foram realizadas no quadro da frente de mulheres: foram então organizadas caravanas nas regiões, a fim de sensibilizar à questão das mulheres, de explicar o princípio da democracia e de auxiliar as famílias necessitadas e os refugiados líbios, bem como os que acolhiam-nos.

Este élan feminista que marcou o início da revolução será novamente encontrado mesmo nos escritos de algumas *nahdahaouis* como Soumaya Ghanouchi, tal como o indica este extrato assim como este extrato de um artigo publicado no *The Guardian* onde ela associa estreitamente a revolução à emancipação das mulheres:

As revoluções árabes não somente abalaram o coração das estruturas do despotismo, como também estilhaçaram velhos mitos, tal qual o da mulher árabe impotente (...) condenada a viver numa cela de silêncio e de invisibilidade numa sociedade cuja missão seria a de um guarda de prisão. Ora, não é este tipo de mulher que emergiu como protagonista na Tunísia e no Egito nestes últimos anos (GHANOUCI, 2011, n.p.).

Se Ennahdha ganhou as eleições é sem dúvida porque ele representa, como a definiu Djamilia Behabib (2013), “uma força política e uma organização moderna”, que “trabalhou a sociedade de perto durante anos” com “dinheiro suficiente para subornar todo mundo” e “que avança unida enquanto a oposição é dividida”¹⁰ (n.p.). Mas é sem dúvida também porque o partido ofereceu durante a campanha eleitoral uma imagem moderada e tranquilizadora do Islão. Enquanto os islamistas egípcios colocaram nos cartazes eleitorais uma rosa no lugar do rosto das candidatas, os *nahdhaístas* aceitaram o princípio da paridade nas eleições legislativas, mesmo que isso lhes tenha trazido alguns problemas, e engajaram-se a respeitar o Código do estatuto pessoal¹¹; ademais, uma das candidatas que se apresentou em suas listas não usa véu e tem um *look* bastante moderno (Souad Abderrahim).

Graças a uma estratégia de dupla linguagem cuidadosamente orquestrada, eles conseguiram desta forma atingir não somente um eleitorado conservador que aderiu a seu

¹⁰ As razões do sucesso dos irmãos muçulmanos nas eleições são as mesmas na Tunísia e no Egito, conforme Behabib (2013).

¹¹ Em sua obra, *Renaissances arabes, 7 questions clés sur des révolutions en marche*, Geisser e Ayari (2011) mostram a complexidade das relações entre as revoluções da primavera árabe e os islamistas, e indicam que a integração dos movimentos islamistas pode servir para reconfortar uma parte dos cidadãos.

discurso identitário e religioso, como também um eleitorado modernista que acreditou em sua capacidade de conciliar Islão e modernidade, e de moralizar a vida pública. No entanto, uma vez no poder, Ennahdha mostrará uma face diferente.

4 Vitória de Ennahdha: a revolução e as mulheres feitas reféns pelos islamistas

Com efeito, as primeiras eleições livres de outubro de 2011 na Tunísia deram aos islamistas uma maioria relativa que lhes permitiu dirigir um governo de coalisão e de transição. Esta vitória dos islamistas no Egito e sobretudo na Tunísia despertou grande surpresa e profunda decepção, tanto da parte dos democratas dos países em questão como no resto do mundo, onde se fala prontamente de “revolução traída”, de “uma revolução que deu à luz um monstro islamista, conservador e liberticida”¹². Esta vitória colocou novamente em dúvida a capacidade de os países árabes acederem à democracia, e gerou também temor pelas mulheres, que não cessaram de ser agredidas no Egito e na Tunísia, a princípio pelos policiais de Ben Ali e Moubarak, e em seguida pelos militares e pelos salafistas.

Durante a revolução, para além da violência física, elas sofreram também agressões sexuais. Na Tunísia, a repressão contra as manifestantes nas regiões e em Túnis deu ensejo a numerosos estupros por parte da polícia; no Egito estes estupros se tornarão, por vezes, coletivos e serão mesmo cometidos, conforme a jornalista egípcia Mona Eltahawy, que foi também vítima, pelos próprios revolucionários. Testes de virgindade foram igualmente impostos pelos militares às mulheres da praça Tahrir. Estas agressões em função da repressão – e frequentes, segundo a filósofa Geneviève Fraisse, em caso de guerra e desordens sociais, em razão da ruptura do laço social que elas ocasionam – se multiplicarão com a chegada de Ennahdha ao poder e tomarão diferentes formas: moral, física e sexual.

Os salafistas começaram, desde os primeiros dias da revolução, a atacar as mulheres, nas manifestações, em razão de seus slogans em favor da laicidade e da igualdade; na internet – onde a blogueira Lina Ben Mheni e a cineasta Nadia El Feni, cuja

12 A este propósito, remetemos ao artigo de Dakhli (2013) onde ela indica que “la plupart des commentateurs font de l’élection du parti Ennahdha après les élections d’octobre 2011 la figure de la trahison” uma vez que “La révolution des jeunes, épris de liberté et de justice, aurait accouché d’un monstre islamiste, conservateur et liberticide” e que “Les premières élections libres post-révolutionnaires auraient porté au pouvoir des adversaires de la démocratie et de la liberté” (n.p.).

projeção do filme *Nem Allah, nem mestre*¹³, CinemAfricArt, acabou em enfrentamento entre os salafistas e o público –, [as mulheres] são insultadas e ameaçadas. Esta prova de força se acentuará com a tomada do poder pela *Troika* e será encorajada pela passividade do governo, ou mesmo sua cumplicidade; pois Ennahdha não esconde mais seu projeto de islamização do país e seus deputados na Assembleia Nacional pedem que a *charia* seja o núcleo da Constituição.

As mulheres são submetidas então a uma violência verbal e às vezes física por parte dos islamistas por conta de suas vestimentas consideradas indecentes, ou simplesmente porque sua presença no espaço público incomoda. Nas escolas, nas universidades e nos bairros populares, onde eles multiplicaram as escolas corânicas, os islamistas tentam impor o *hijab* às mulheres e fazem, por vezes, meninas de três anos portarem o véu.

Na faculdade de Letras, Humanidades e Artes de Manouba, um grupo de salafistas fez um protesto [*sit-in*] para impor o uso do *Niqab*, proibido nas salas de aula e agrediu o reitor, acusado por duas estudantes em *Niqab* [*niqabées*] de violência e perseguido em justiça. Um dos casos mais representativos desta violência é o de Meriem Ben Mohamed, uma jovem estuprada por policiais quando se encontrava, à noite, com seu namorado dentro do carro e que foi acusada de “atentado ao pudor”, porque seus agressores disseram tê-la visto numa “postura indecente”. Nós compartilhamos do ponto de vista de Djemila Benhabib (2013) quanto à compreensão destas agressões: “Isto que acontece é não somente uma pressão política, mas também, ao mesmo tempo, uma instrumentalização do poder judiciário e do poder policial, de forma a silenciar as mulheres, amordaça-las, ejeta-las da cena pública” (n.p.).

Para além disso, as conquistas das mulheres são colocadas em questão: a poligamia é apresentada como uma solução ao celibato das mulheres e o casamento tradicional [*mariage coutumier*] volta à ordem do dia, sendo praticado por certos islamistas. Pregadores do Oriente Médio, convidados pelos salafistas, fazem o elogio da excisão, desconhecida na Tunísia, à qual dão por eufemismo o nome de “cirurgia estética”. Nos debates apresentados pelas mídias, alguns chegam mesmo a propor, para se diminuir o desemprego, reduzir a contratação de mulheres, proposta retomada pela assembleia; e

13 O filme foi exibido em 26 de junho 2011, durante o evento *Touche pas à mes créateurs*, organizado pelo coletivo associativo Lam Echaml no CinemAfricArt. Salafistas do partido Hizb El Tahrir, não autorizados, destruíram a sala, agrediram seu diretor e o público para impedir a projeção. Nadia El Fani, em seguida à violenta polêmica que o filme suscitou, optou por trocar seu título bastante provocativo de *Ni Allah ni maître* e de lhe atribuir este: *Laïcité Inch'Allah*. O filme aliás obteve o Prêmio Internacional de Laicidade em 2011.

outros propõem ainda baixar para 13 anos a idade do casamento para as mulheres¹⁴. Por fim, na Assembleia Constituinte, os deputados de Ennahdha propuseram, no projeto da Constituição, substituir o princípio de igualdade entre a mulher e o homem no seio da família, por aquele da complementaridade no artigo 28¹⁵.

Simultaneamente, uma campanha de calúnia e difamação das feministas foi lançada na internet. Todas as feministas são misturadas e assimiladas à UNFT¹⁶, que era próximo do antigo regime, e acusadas de terem sido financiadas por Ben Ali e sua esposa, bem como de islamofobia. Este extrato pode dar uma ideia da natureza dos comentários a seu respeito e as acusações que lhes foram feitas:

Certo número de movimentos (...) querem se apropriar da redação da futura constituição tunisiana (...) para introduzir nela muitos dos dispositivos jurídicos que não são de natureza constitucional (...). Por outro lado, as reivindicações atuais dos movimentos feministas tunisianos (*sic*) parecem inadaptados à realidade social do povo tunisiano, que sofreu muito as consequências do feminismo de estado durante o reino de BEN ALI (*sic*). (...) Durante o reino do ditador BEN ALI (*sic*), o poder tunisiano fabricou um feminismo de estado institucionalizado com fins políticos, servindo notadamente à repressão que se exerceu sobre o povo tunisiano, durante 23 anos, o aprisionamento e a tortura de milhares de cidadãos tunisianos, acusados de integralismo [*intégrisme*] muçulmano, de fanatismo, de obscurantismo e de terrorismo islâmico, etc.¹⁷ (BEN AICHA, 2011, n.p.).

Em outro artigo, o autor deste extrato, Mounir Ben Aicha, esforçar-se-á numa demonstração vertiginosa na qual ele mesmo termina por se perder ao mostrar como a lei sobre a herança na Tunísia, que concede às mulheres apenas a metade da parte dos

14 O líder do partido salafista “abertura e fidelidade”, Bahri Jelassi, tristemente célebre pelas ideias obscurantistas e chocantes que pregava, em suas diversas aparições na televisão, pediu, entre outras, que se diminuísse para 13 anos a idade do casamento para as meninas.

15 De acordo com a Sra. Farida Laabidi, deputada de Ennahdha que presidiu a comissão dos direitos e liberdades, este artigo teve 12 votos (9 de Ennahdha, 1 do grupo Liberdade e Dignidade, 1 do Movimento Wafa et 1 do CPR).

16 A união Nacional da Mulher Tunisiana é uma organização não governamental criada em 1956, com a independência da Tunísia. Tanto no governo de Bourguiba quanto no de Ben Ali, esta organização trabalhou afinada com a política do partido no poder, o Néo-Destour depois o RCD (Le Rassemblement constitutionnel démocratique) e foi desta feita considerada como o instrumento do poder e certa forma como uma “correia de transmissão de palavras de ordem do regime junto à população feminina”. Cf. Attia (2017).

17 Proposições tão incoerentes quanto aberrantes, sustentadas por um certo Mounir Ben Aicha, que parecem fazer das mulheres o instrumento de repressão dos islamistas por Ben Ali e acusam as feministas de ter sido aliadas de Leila Ben Ali.

homens, é na verdade mais favorável a elas que a lei francesa.

O mais surpreendente é que ninguém entre os oficiais defenda verdadeiramente os direitos das mulheres. A própria ministra das mulheres, Sihem Badi, supostamente engajada na causa feminina em decorrência de sua função e dos longos anos que passou na França antes de ser ministra, sustenta um discurso contraditório e demagógico: interrogada sobre o casamento tradicional, ela o apresenta primeiramente como “uma liberdade pessoal”¹⁸, e em seguida, em suas respostas aos internautas do *Monde Fr* que a questionam sobre este tema em 8 de março de 2012, na ocasião da jornada da mulher, como “um verdadeiro perigo para a estabilidade da família e dos direitos das mulheres e das crianças”. Na mesma entrevista, ela afirma a necessidade de melhorar o Código do estatuto pessoal e defende a ideia de que a *charia*, que ela assimila aos “valores universais”, seja a base da constituição (BADI, 2012a).

No entanto, longe de ceder a este movimento de regressão e a esta onda de violência que vai inflar e crescer, e pouco a pouco ameaçar não somente as mulheres mas também o conjunto dos democratas e levar ao assassinato de dois opositores Chokri Belaïd e Mohamed Brahmi, as tunisianas se mobilizarão ainda mais, e apoiadas [*encadrées*] pela sociedade civil, engajar-se-ão num combate tenaz contra os islamistas.

5 Combate das mulheres e reapropriação da revolução

O questionamento de suas aquisições e os ataques à sua liberdade suscitarão entre as mulheres reações tanto individuais quanto coletivas, que virão confirmar a hipótese de um grande número de analistas da primavera árabe, para os quais a revolução só pode se completar através das mulheres.

A mais espetacular reação individual foi a da *femen* Amina Sboui que se mostrou na internet com os seios nus e a inscrição “meu corpo me pertence”. Este ato desencadeou a cólera dos islamistas, mas ele também chocou um grande número de tunisianos, mesmo entre as feministas. Entretanto, se algumas dentre elas viram nisto uma provocação inútil, outras consideraram como uma luta aberta contra o islamismo, que nem sempre respeita o direito das mulheres. Para o sociólogo Smain Laacher, trata-se de um “acontecimento maior”, pois com Amina e Aliaa Magda Elmahdy é a primeira vez que “jovens mulheres

18 A ministra afirma que o casamento tradicional é uma velha prática na sociedade tunisiana e que se trata de uma forma de engajamento entre duas pessoas que se inscreve nos quadros das liberdades pessoais, sem especificar que esta prática é proibida pela lei e que aqueles que a praticam são passíveis de uma pena de prisão. Cf. Badi (2012b).

árabes mostram publicamente, totalmente ou em partes, seu corpo nu”, e acrescenta:

Estes corpos são corpos que se recusam a submeter-se e através dos quais emerge também o político; é um corpo que age contra a violência dos homens e de todas as instituições governadas por homens, armados ou não. É um corpo que faz resistência, noutras palavras, que faz política conta o soberano (terreno ou divino), mas também contra todos os pequenos tiranos ordinários e os milhões de autoempresendedores da moral religiosa (LAACHER, 2013, n.p.).

Esta resistência adquire também formas mais diretas e efetivas através da ação coletiva das mulheres e da sociedade civil, que se erguem a cada vez contra as tentativas de islamização do país os islamistas e de questionamento das conquistas das mulheres, como foi o caso com a *charia*, que os deputados de Ennahdha quiseram inserir na constituição e adotar como base da legislação e do princípio de complementaridade entre os homens e as mulheres, que deveria substituir o princípio da igualdade. Todas estas medidas foram vivamente denunciadas e deram lugar a um amplo movimento de contestação que obrigou Ennahdha a recuar a cada vez: a impressionante manifestação de 13 de agosto de 2012, dia da comemoração da promulgação do Código do estatuto pessoal, que aconteceu em pleno mês do Ramadan após a ruptura do jejum, é um exemplo significativo.

Adiantando-se a Ennahdha e temendo suas derivas, os membros da Associação Tunisiana de Mulheres Democratas¹⁹ redigiram em fevereiro de 2012 um projeto de constituição no qual apresentaram, conforme sua antiga presidente, a jurista Sana Ben Achour, “uma visão alternativa da constituição tunisiana” (LA PRESSE, 2012). Este projeto, que defende a separação entre política e religião; garante os direitos econômicos, sociais, sindicais, culturais, ecológicos das mulheres com base na igualdade entre homens e mulheres; a adoção do princípio de paridade nas instâncias de representação, bem como a interdição de toda discriminação entre os sexos, [este projeto] foi sustentado numa manifestação diante da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Além disso, os processos da *femen* Amina Sboui e de Meriem Ben Mohamed serão seguidos de perto pelas mulheres. Meriem, a jovem mulher estuprada, será defendida por diversas advogadas feministas. O estupro, habitualmente mantido em silêncio, foi contado em detalhes pela vítima, nos canais de televisão. Em favor desta, ações de apoio, encontros e manifestações foram organizados pelas mulheres. Na sequência destas ações, a justiça, após tergiversações, condenou os policiais estupradores a 15 anos de prisão.

19 Tais como Radhia Nasraoui, Saida Garrach e Bochra Bel Haj Hmida.

Os assassinatos de Chokri Belaïd, em 6 de fevereiro de 2013, e de Mohamed Brahmi²⁰ em 25 de julho de 2013, impulsionaram na cena pública e política suas esposas, Besma Belaïd e Mbarka Brahmi, até então pouco mediatizadas. Elas ocuparão o lugar de seus maridos, transformar-se-ão em figuras emblemáticas e opositoras ferozes dos islamistas, os quais elas incriminam pelos assassinatos de seus maridos. Elas impuseram o respeito por sua coragem, seu engajamento, sua tenacidade e sua eloquência; tornaram-se também um polo entorno ao qual reuniram-se as forças democráticas do país e organizou-se, durante o verão de 2013, a resistência contra Ennahdha. O *sit-in* dos deputados de oposição que se retiraram da Assembleia Nacional Constituinte e ocuparam a praça do Bardo, pedindo a dissolução da ANC e a demissão do chefe do governo Laarayedh, acusado de ter falhado no plano securitário mas também nos planos político e econômico, estendeu-se durante grande parte do verão de 2013 e só teve sucesso graças à implicação das mulheres e sua mobilização junto aos manifestantes [*sit-ineurs*].

Mulheres de todas as idades, jovens, velhas e mesmo muito velhas, portando ou não o véu, saíram muitas vezes às ruas e participaram de todas as manifestações, entoando slogans contra a violência e contra Ennahdha. O coletivo Hraier Tounes²¹, que reúne várias associações feministas, organizou em 13 de agosto de 2013, da praça Bab Saadoun até a do Bardo, uma marcha por um estado civil e o direito às diferenças, que atraiu mais de uma dezenas de milhares de pessoas que gritaram homens e mulheres juntamente, entre outros slogans “eis aqui, eis aqui a mulher tunisiana!”.

Ao lado de Besma Belaïd e Mbarka Brahmi, muitas figuras femininas emergiram durante a revolução e desempenharam um papel determinante no curso da transição. Maya Jribi marcou a paisagem política deste período como secretária geral do partido Al Jomhuri²², e Wided Bouchamaoui, presidente da UTICA²³ foi membro do Quarteto do diálogo nacional, que obteve o prêmio Nobel da Paz em 9 de outubro de 2015. Mas foi

20 Dois homens políticos conhecidos por suas tomadas de posição contra o islamismo político e contra Ennahdha.

21 O coletivo Hraier Tounes: em 13 de agosto reúne a Comissão nacional da mulher ativa, composta por UGTT, UNFT, a Associação tunisiana das mulheres democratas (ATFD), Associação das mulheres tunisianas para a pesquisa sobre o desenvolvimento (AFTURD), O Coletivo para as mulheres da Tunísia e a Liga tunisiana de defesa dos direitos humanos (LTDH). Ele é composto igualmente pela Associação “Mou-sawat” (igualdade), pela rede “Destourna”, pela Associação “mulher e liderança”, pela Associação “Bayti”, Associação para a promoção da mulher árabe, Anistia Internacional, Câmara Nacional das mulheres de negócios, a Associação “Cidadania e democracia” e Associação “Voix de la femme”.

22 Partido de oposição nos governos de Ben Ali e da Troïka, Al Jomhuri tinha o nome de partido democrático progressista e tinha até 2006, como secretário geral, Nejib Chebbi, seu fundador.

23 União tunisiana do comércio e do artesanato.

no domínio sindical e associativo que elas se distinguiram. Algumas dentre elas mesmas presidiram inclusive os sindicatos de setores dominados por homens, como o sindicato das prisões e da reabilitação penitenciária (Olfa El Ayari) ou o dos magistrados tunisianos (Raoudha Laabidi), bem como o dos jornalistas (Najiba Hamrouni). Na sociedade civil, as mulheres foram igualmente muito presentes. As associações fundadas e presididas por mulheres se multiplicaram durante a transição e algumas dentre elas, como a Associação dos magistrados tunisianos, presidida por Kalthoum Kennou, e dos jovens advogados, presidida por Imen Bejaoui, e sobretudo a ONG El Bawssala, observatório da constituinte, presidida pela jovem Amira Yahyaoui²⁴, tiveram uma função importante no controle e na regulação do processo democrático. Para dar maior visibilidade às mulheres e lhes permitir aceder às esferas de decisão, Olfa Tounsi criou uma rádio, *Cap FM*, que se impõe cada vez mais no campo midiático e Amel Mzabi um jornal, *EcoJournal*, especializado, como indica seu nome, em economia. Para elas, não é suficiente mudar as leis para assegurar a igualdade entre os sexos, mas é preciso também “revolucionar as mentalidades”.

Deste modo, o combate levado a cabo pelas mulheres ao longo deste período de transição foi não somente intenso e decisivo para elas mesmas, como também para o país. Com efeito, esta resistência lhes permitiu reconquistar direitos, em relação aos quais muitas vezes foram repreendidas por tê-los obtido sem luta, e assim transformar o feminismo de estado em feminismo de combate. Juntamente com os manifestantes [*sit-ineurs*] do Bardo, elas também orientaram a elaboração da nova constituição – uma constituição que confirmará a igualdade dos sexos e respeitará os direitos humanos –, e apoiaram o processo democrático. Graças ao voto delas, a vitória foi conquistada por Nida Tounès, do partido laico, nas eleições legislativas de 2014, quando obtiveram mais de 31 cadeiras, contra as 23 obtidas nas eleições de 2011. Além disso, uma mulher, Kalthoum Kannou, a presidente da Associação dos magistrados tunisianos, contou entre os candidatos às eleições presidenciais, nas quais obteve um número de votos superior ao de alguns chefes históricos da oposição²⁵.

A chave feminina de que dispõe a Tunísia, conforme Mathieu Guidère (2012)²⁶, funcionou portanto plenamente e a revolução não somente derrubou a ditadura e

24 Em 2014 ela recebe o prêmio da Fundação Chirac por “sua ação de prevenção de uma conflagração na Tunísia”.

25 Como Najib Chebbi, por exemplo.

26 No segundo capítulo desta obra, intitulado *As chaves para compreender o mundo árabe*, o autor tenta dar “chave(s) de compreensão” dos diferentes estados constitutivos da Liga Árabe a fim de “melhor apreender os desafios e as relações de força”, ele associa a Tunísia à chave feminina.

desmontou todo um sistema político, como também está em vias de transformar a sociedade tunisiana e sua relação às mulheres. Ademais, ela acelerou a roda do tempo e perturbou o ciclo das estações: A primavera árabe deu lugar, sem dúvida, a um longo inverno islamista, mas que foi seguido imediatamente por uma outra primavera das mulheres.

Referências

ATTIA, S. Tunísia: renaissance de l'organisation féminine UNFT. **Jeune Afrique**, 15 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.jeuneafrique.com/502929/politique/tunisie-renais-sance-de-lorganisation-feminine-unft/>>. Acesso em: novembro de 2020.

BADI, S. Je veux que la femme soit présente dans les postes de décision. **Le Monde Fr.**, 8 mar. 2012a. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/international/article/2012/03/08/sihem-badi-je-veux-que-la-femme-soit-presente-dans-les-postes-de-decision_1654236_3210.html>. Acesso em: novembro 2014.

BADI, S. Le mariage coutumier est une liberté personnelle. **Business News.**, 01 fev. 2012b. Disponível em: <<http://www.businessnews.com.tn/Sihem-Badi--%C2%AB-Le-mariage-coutumier-est-une-libert%C3%A9-personnelle-%C2%BB,520,29089>>. Acesso em: novembro de 2014.

BEN ACHOUR, S. Les chantiers de l'égalité au Maghreb. **Policy Paper**, n. 13, p. 1-24, dez. 2004. Disponível em: <https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/pp_13_sbachour.pdf>. Acesso em: novembro de 2014.

BEN AICHA, M. Le risque du détournement de la Révolution tunisienne par la future Assemblée Nationale Constituante. **Nawaat.org.**, Disponível em: <<http://nawaat.org/portail/2011/04/04/lavenir-de-la-revolution-tunisienne-dans-la-future-assemblee-nationale-constituante>>. Acesso em: novembro de 2014.

BENHABIB, D. Le statut des femmes est l'enjeu majeur des révolutions arabes. **Les Observateurs**, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.lesobservateurs.ch/2013/06/19/benhbib/>>. Acesso em: novembro de 2014.

DAKHLI, L. Une révolution trahie ? Sur le soulèvement tunisien et la transition démocratique. **La Vie des idées**, 19 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/Une-revolution-trahie.html>>. Acesso em: novembro de 2014.

DAKHLIA, J. Ben Ali: les ressorts de la complaisance française. **Le Monde**, 21 jan. 2011. Disponível em: < https://www.lemonde.fr/idees/article/2011/01/21/ben-ali-les-ressorts-de-la-complaisance-francaise_1468722_3232.html >. Acesso em: novembro de 2014.

FRAISSE, G. Révolutions arabes: la démocratie est-elle incompatible avec le droit des femmes ?. **L'OBS, le Plus**, 8 mar. 2012. Disponível em: <<http://leplus.nouvelobs.com/contribution/210393-revolutions-arabes-la-democratie-est-elle-incompatible-avec-le-droit-des-femmes.html>>. Acesso em: novembro de 2014.

GEISSER, V.; AYARI, M. B. **Renaissances arabes, 7 questions clés sur des révolutions en marche**. Ivry-sur-Seine: Édition de l'Atelier, 2011.

GHANOUCI, S. Une révolution dans la perception des femmes arabes. Réflexions sur les manifestations égyptiennes, tunisiennes et yéménites. **The Guardian**, 11 mar. 2011. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/mar/11/arab-women-revolutionised-egypt-tunisia-yemen> >. Acesso em novembro de 2014.

GUIDÈRE, M. **Le choc des révolutions arabes. De l'Algérie au Yémen, 22 pays sous tension**. Paris: Éditions Autrement, 2012.

JOMIER, A. Laïcité et féminisme d'Etat : le trompe-l'œil tunisien. **La Vie des idées**, 12 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/Laicite-et-feminisme-d-Etat-le.html>>. Acesso em: novembro de 2014.

LA PRESSE. Quelle place pour les droits des femmes dans la Constitution?. **La Presse**, 12 jun. 2012. Disponível em: < <https://www.turess.com/fr/lapresse/51147>>. Acesso em: novembro de 2014.

LAACHER, S. Nécessaire féminisme radical en pays arabe. **Le Monde**, 25 abr. 2013. Disponível em: < https://www.lemonde.fr/idees/article/2013/04/25/necessaire-feminisme-radical-en-pays-arabes_3166884_3232.html >. Acesso em: novembro de 2014.

SAGHI, O. La femme arabe et la révolution. **Omar Saggi Chroniques**, 16 nov. 2011. Disponível em: <omarsaggi.com/2011/11/16/la-femme-arabe-et-la-revolution/>. Acesso em: novembro de 2014.